

ANÁLISE

Os efeitos da crise em Paulínia

Cientistas políticos analisam situação de vereadores e prefeito acusados de corrupção e dos que investigam

ELIAS AREDES
REGIÃO

A semana começou com a Câmara Municipal de Paulínia destituindo 13 vereadores e autorizando a instalação de uma Comissão Processante (CP) que também pode afetar o prefeito Dixon Carvalho (PP). Na quinta, 1, um mandato de segurança recolocou os parlamentares eleitos em 2016 de volta aos seus postos e manteve em funcionamento a CP instalada, cujos membros têm dois suplentes. Cientistas políticos, por sua vez, acreditam que tal panorama terá consequências diretas na influência que esses personagens podem exercer nas eleições marcadas para outubro e que irá escolher presidente da República, governadores, deputados federais, estaduais e senadores.

“Não tem muita escapatória, mas a situação de Paulínia não é muito diferente daquilo que acontece no país, apesar da sua situação específica”, analisa o cientista político Wagner Romão, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)**. “Pedir o voto é uma coisa. Duro é saber como a população vai reagir”, completa.

Vinculado ao Instituto Federal de São Paulo e com trabalho em Jundiá, o ex-professor de Ciência Política da PUC-Campinas, Pedro Rocha Lemos considera que as consequências ainda serão sentidas num futuro próximo, especialmente por causa da mobilização na sociedade local. “Dá para perceber que eles (os vereadores que foram afastados) tendem a ficar em uma situação delicada. O mais correto é que esses vereadores, se eles consideram que

não têm culpa no cartório, ficassem afastados até o final das investigações”, afirmou o cientista político.

Lemos considera que o poder de influência dos parlamentares afastados deve diminuir porque a população tem repugnância a certos métodos como do esquema “é dando que se recebe”. “Muitos eleitores tem a percepção de que a política é apenas para tirar vantagem e ganhar cargos”, afirma.

Já Wagner Romão considera que quem teve votos para deputado federal ou estadual em Paulínia, em 2014, deverá mostrar habilidade e jogo de cintura para buscar novos parceiros na cidade. “Esses suplentes que votaram a favor da comissão processante tendem a se transformar em grandes cabos eleitorais”, acredita.

“Pedir o voto é uma coisa. Duro é saber como a população vai reagir”

DENÚNCIAS

Os 13 vereadores foram afastados após uma liminar dada pelo juiz Carlos Eduardo Mendes, da 1ª Vara Cível, em seis de fevereiro. O juiz anulou uma sessão realizada em agosto de 2017, quando os vereadores votaram contra a abertura de investigação das denúncias envolvendo o prefeito Dixon e eles próprios. As denúncias eram referentes a contratos de coleta de lixo e da merenda escolar.

As denúncias chegaram à Câmara, mas foram arquivadas pela maioria dos vereadores. Uma nova denúncia foi apresentada contra os 13



CRISE POLÍTICA | Acusação de corrupção detona crise política no Legislativo e Executivo de Paulínia

vereadores e o prefeito, dessa vez, acusado de trocar os votos contra a abertura de processo de cassação por cargos na prefeitura. Dias depois, a Câmara voltou a recusar a investigação e o policial militar aposentado Luiz Roberto Lima acionou o Ministério Público, caso conduzido por seu advogado, Cláudio Navas.

Tanto Pedro Rocha Lemos como Wagner Romão admitem que a crise política poderá acarretar benefícios políticos aos componentes da Comissão Processante, composta pelos vereadores Tiguilá Paes (PPS), presidente, Paulo Camargo Junior (PDT), secretário, e Robert Jacintho de Paiva (PTB, relator).

Romão conta dois casos para ilustrar o seu pensamento. O primeiro aconteceu em São Paulo, em meados da década de 1990, a Comissão

Parlamentar de Inquérito encarregar a Máfia dos Fiscais que projetou o nome do então vereador petista e presidente da Comissão, o ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso.

O caso mais recente envolve o processo de investigação e impedimento do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos, e que elevou o patamar político de Rafa Zimbaldi (PTB), hoje presidente da Câmara de Campinas e Artur Orsi, candidato na eleição passada contra o atual prefeito campineiro Jonas Donizete (PSB). “Em Paulínia, os vereadores tomaram uma decisão que está em acordo com a vontade popular. E em política não existe vácuo”, completou Pedro Rocha Lemos.

NA JUSTIÇA

Já as decisões conflitantes entre os juízes Carlos Eduardo Mendes e Marta Piselli, am-

bos da Vara Cível de Paulínia, embutem um problema a ser administrado, que é o conflito existente entre os poderes Legislativo e o Judiciário. Para Pedro Rocha Lemos, o que ocorre em Paulínia não é novidade na Região Metropolitana de Campinas (RMC), já que Indaiatuba já sofreu com a entrada e saída de prefeitos para cumprir decisões judiciais.

Para o cientista político, não há muito o que fazer na atual conjuntura. “Não é questão de interferência e sim a de trabalhar de acordo com a lei. E as leis que tratam destes temas nem são de âmbito municipal e sim federal. No Brasil, o quadro é complexo porque se não fizermos uma reforma política e tributária haverá brechas para os políticos usufruam por suas causas próprias. Mas gera uma situação de instabilidade”, completa.



ANÁLISE | Rocha Lemos crê em situação delicada para acusados



BENEFÍCIOS | Romão diz que membros da comissão podem ter benefícios políticos